



LATICÍNIOS VERDE CAMPO SA - CNPJ/MF: 07.757.005/0001-02

2

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos - A LVC está sujeita ao imposto sobre a renda e a contribuição social correntes e diferidos. A LVC também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado (Nota 20). **(c) Provisão para contingências** - A LVC figura como parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes à processos judiciais que representam perdas prováveis. As avaliações da probabilidade de perda incluem a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos da LVC (Nota 9). **(d) Provisão para crédito de liquidação duvidosa** - A LVC realiza análise de realização de títulos a receber baseado em média histórica e classificação de rating de clientes para definição de expectativa de não realização de créditos (Nota 6). **(e) Provisão para obsolescência de estoque** - A LVC realiza análise de realização de seus estoques em geral, a fim de identificar eventuais produtos que possam se tornar obsoletos. Esta prática é realizada com base no giro do estoque, além do acompanhamento do prazo de validade e constatações durante inventário físico. Provisões são constituídas para saldos que a administração entende que não conseguirá realizar (Nota 7), para 2024 e 2023 a administração chegou à conclusão que nenhuma provisão deveria ser constituída. **(f) Prazo de arrendamento** - A LVC realiza a análise dos contratos de arrendamento, a fim de ter razoável certeza de que está reconhecendo o contrato pelo prazo estabelecido em contrato (Nota 15).

4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro - A LVC está exposta a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo, risco de fluxo de caixa a valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da LVC concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da LVC. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da LVC, que identifica, avalia e protege a LVC contra eventuais riscos financeiros. **(a) Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, irão afetar os ganhos da LVC ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **(b) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a LVC sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse risco, a LVC faz a captação de recursos utilizando taxas variáveis com instituições financeiras, substancialmente a 100% de CDI. A fim de minimizar o risco de taxa de juros de fluxo de caixa da LVC, decorrente, de empréstimos e financiamentos, a LVC faz as captações de empréstimos e financiamentos com taxa de juros pré-fixadas. As informações sobre os contratos e juros dos empréstimos e financiamentos estão sumarizados na Nota 13. **(c) Gerenciamento dos riscos financeiros** - A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.), a qual é apreciada pela Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não opera instrumentos financeiros com caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa. **(f) Política de gestão de riscos** - A Empresa está exposta a riscos de mercado, sendo os principais: (i) a volatilidade da taxa de câmbio; e (ii) a volatilidade da taxa de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **(ii) Risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Empresa está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras. Títulos e valores mobiliários e empréstimos. A Empresa realizou análise de sensibilidade do risco de taxa de juros, conforme abaixo:

	Taxa atual média	Cenário atual RS	Apreciação das taxas		Deterioração das taxas	
			Cenário I + 25%	Cenário II + 50%	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações Financeiras						
Compromissada XP	60% a 102% do CDI	5.393	5.463	5.477	5.435	5.421
Empréstimos						
Santander	2,5% a.a.	21.291	21.753	21.808	21.644	21.589

(c) Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de 1ª linha, com classificações de rating na escala das agências de rating Standard & Poor's ("S&P") e Moody's. Para o caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela LVC. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras diz respeito às posições mantidas nas rubricas em depósitos em bancos, equivalentes de caixa e contas a receber de clientes como demonstrado a seguir e nas Notas 5 e 6:

	2024	2023
Depósitos bancários em contas correntes (S&P / Moody's)		
BB- / Ba3	4.144	38
	4.144	38
Aplicações financeiras (S&P / Moody's)		
BB- / Ba3	5.393	12.105
	5.393	12.105

(ii) Contas a receber de clientes e outras contas a receber - A exposição da LVC ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Os clientes da LVC são, em sua maioria, redes varejistas com boas avaliações de rating. O faturamento é pulverizado, sendo que o maior cliente da LVC não representa mais do que 4% do faturamento global. A LVC considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado e pelo total dos recebíveis por clientes. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico assim como o risco do cliente. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esta análise é realizada pela LVC continuamente em sua carteira de recebíveis de forma a identificar se existem indícios de "impairment" sobre os títulos de cada cliente que compõe a carteira. Se sim, a LVC avalia se o cliente inadimplente apresentou garantias reais e se as mesmas são suficientes para cobrir a exposição líquida da LVC. Caso as garantias reais não sejam suficientes, a LVC reconhece a provisão para créditos de liquidação duvidosa no resultado. Na Nota 6, a LVC demonstra a sua carteira de recebíveis por idade de vencimento e o montante de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **(c) Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de que a LVC encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da LVC na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da LVC. As exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados futuros e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são oriundos das posições mantidas nas rubricas contábeis de fornecedores (Nota 12), empréstimos e financiamentos (Nota 13) e outras contas pagar (Nota 12). Na Nota 13 é demonstrado o fluxo estimado de pagamentos superiores há 12 meses. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da LVC, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A seguir, divulgação dos fluxos de caixa não descontados contratados:

	2024	2023
	Valor contábil	Entre 1-2 anos
Passivos financeiros		
Fornecedores (nota 12)	33.982	33.982
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	21.291	21.291
Obrigações com arrendamentos (nota 15)	864	864
Outras contas a pagar (nota 12)	12.480	12.480

	2023	2024
	Valor contábil	Entre 1-2 anos
Passivos financeiros		
Fornecedores (nota 12)	20.519	20.519
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	100.657	100.657
Obrigações com arrendamentos (nota 15)	2.511	2.511

4.2. Gestão de capital - A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos acionistas, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio, buscando equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 podem ser assim sumarizados:

	2024	2023
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 13)	21.291	100.657
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(9.537)	(12.143)
Dívida líquida	11.754	88.514
Total do patrimônio líquido	132.959	86.500
Total do capital	144.713	175.014
Índice de alavancagem financeira - %	8	51



17. Receita - A reconciliação da receita bruta para a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:				
	2024	2023		
Vendas de produtos	439.463	423.249		
Impostos sobre vendas	(55.708)	(49.546)		
Devoluções, trocas e descontos	(81.814)	(67.097)		
	301.941	306.606		
(i) A incidência dos impostos sobre a venda se mantém redutora proveniente do regime especial tributário concedido pela Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais, com redução na alíquota efetiva o ICMS nas vendas oriundas de Minas Gerais.				
18. Custos e despesas por natureza				
	2024	2023		
Matéria-prima e materiais	153.581	167.978		
Despesas com pessoal e encargos	39.574	38.659		
Fretes e Despesas com logística	30.675	23.690		
Despesas Comerciais	16.378	21.871		
Descarte de Produtos Acabados	15.749	-		
Baixa de Ágio	8.484	37.696		
Outras Receitas/Despesas não recorrentes	9.010	(373)		
Depreciação e amortização	8.365	15.551		
Serviços Prestados - P. Jurídica	5.161	18.935		
Energia Elétrica	3.557	-		
Manutenção de Maquinas e Equipamentos	3.321	657		
Consultoria	2.924	-		
Conservação e Limpeza	2.341	-		
Descarte de Insumos e Embalagens	1.626	-		
Outros	16.314	27.095		
	317.060	351.759		
Custo das vendas	204.475	219.206		
Despesas com vendas	56.842	55.220		
Despesas administrativas	37.191	40.010		
Outras receitas (despesas) operacionais	18.552	37.323		
	317.060	351.759		
19. Resultado Financeiro				
	2024	2023		
Juros sobre empréstimos	(3.619)	(4.956)		
Varição Cambial Passiva	(335)	322		
Outras despesas financeiras	(549)	(545)		
Despesas financeiras	(4.503)	(5.179)		
Juros recebidos	2.129	65		
Varição cambial ativa	655	-		
Rendimentos de aplicações financeiras	170	734		
Outras receitas financeiras	8	1.440		
Receitas financeiras	2.962	2.239		
Resultado financeiro líquido	(1.541)	(2.940)		
20. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos - (a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social à alíquota efetiva - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. (b) Imposto de renda e contribuição social correntes - A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e efetiva de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:				
	2024	2023		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(16.660)	(48.093)		
Alíquota nominal combinada do IR e da CS - %	34%	34%		
IR e CS às alíquotas da legislação	5.665	16.352		
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	-	-		
Custos não dedutíveis	(9.038)	(1.810)		
Compensação de Prejuízo Fiscal	526	-		
(-) Tributos diferidos não reconhecidos	-	(14.812)		
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no resultado	(2.847)	(270)		
Alíquota efetiva	15%	1%		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.516)	(430)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(331)	229		
	(2.847)	(201)		
Movimentação de Imposto Diferido:				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Movimentação imposto diferido	2.501	195	(526)	2.170
Composição imposto diferido	-	-	-	-
Imposto diferido ativo	2.501	-	-	8.065
Imposto diferido passivo	-	-	-	(5.895)
	2.501	-	-	2.170
Expectativa de realização do Imposto Diferido:				
	Realizado em 1 Ano	Realizado em 2 Ano	Realizado em 3 ou mais	
Imposto Diferido Ativo	3.349	3.567	1.149	
21. Prejuízo por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da LVC, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.				
	2024	2023		
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(19.507)	(49.464)		
Quantidade de ações no fim do exercício (milhares)	484.082	484.082		
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,04)	(0,10)		
22. Transações com partes relacionadas - As seguintes transações negociadas entre as partes, foram conduzidas com partes relacionadas, com prazos de pagamento e recebimento entre 30 e 60 dias, sem garantias e não impacta provisões para perdas:				
(a) Vendas de produtos e serviços				
	2024	2023		
Laticínios Porto Alegre Indústria e Comércio S.A.	6.231	-		
	6.231	-		
(b) Compras de produtos e serviços				
	2024	2023		
Laticínios Porto Alegre Indústria e Comércio S.A.	(1.875)	-		
	(1.875)	-		
(c) Saldos decorrentes das vendas/compras de produtos/serviços				
	2024	2023		
Laticínios Porto Alegre Indústria e Comércio S.A.	727	-		
	727	-		
Fornecedores partes relacionadas				
Laticínios Porto Alegre Indústria e Comércio S.A.	(557)	-		
	(557)	-		
(d) Mútuo				
	2024	2023		
Valores a pagar	-	-		
Leão Alimentos	-	(65.699)		
	-	(65.699)		
* Em 2024, antes da venda da Verde Campo à Laticínios Porto Alegre, o contrato de mútuo com a Leão Alimentos foi liquidado integralmente através da integralização deste montante ao Capital Social.				
(e) Remuneração de pessoal chave - Em 2024, a remuneração do pessoal chave foi R\$ 2.117 (R\$ 1.295 em 2023).				
23. Seguros - A LVC possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024 a LVC se encontra coberta pela apólice da sua acionista majoritária, Laticínios Porto Alegre, tendo coberturas de edificações e imóveis, máquinas e equipamentos, mercadoria e matéria prima, danos materiais e lucros cessantes, responsabilidade civil geral, transporte e veículos de carga. A política da Laticínios Porto Alegre é iniciar o processo de cotação e renovar as apólices até 3 meses antes do vencimento de cada apólice.				
24. Resumo das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. a) Moeda funcional e moeda de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da LVC são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual atua. A moeda funcional da LVC e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). b) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. c) Ativos financeiros - i. Classificação - A LVC classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a LVC possuía ativos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado. ii. Reconhecimento e desreconhecimento - Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a LVC se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a LVC tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. iii. Mensuração - No reconhecimento inicial, a LVC mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. iv. Impairment - A LVC avalia em base prospectiva as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a LVC aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. v. Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da LVC. A LVC mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de				

caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As provisões para impairment dos saldos de contas a receber para fins de atendimento ao IFRS 9 (CPC 48) foi apurado a partir de análise do saldo a receber, baseado em média histórica e classificação de rating de clientes para definição de expectativa média percentual de não realização de créditos. A partir do rating, foi apurada uma provisão de impairment do saldo de contas a receber com expectativa de perda definida com média histórica. O saldo apurado com esta metodologia para fins de atendimento do IFRS 9 (CPC 48) foi comparado com a apuração da provisão registrada no balanço, e a LVC verificou que o saldo registrado é suficiente para atender as perdas, portanto, não houve impacto relevante na apuração. d) Estoques - Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos necessários para efetuar a venda. A política de provisão para perdas de estoques é calculada e contabilizada para perdas referentes à obsolescência e valor realizável líquido. Mensalmente os estoques são verificados, as datas de validades e movimentação, além dos valores de custo de produção dos itens em comparação com a perspectivas de venda. Quando as datas de vencimento podem impactar as vendas dos produtos ou sua margem de contribuição unitária for negativa é constituída uma provisão para perda. e) Ativos intangíveis - i. Ágio - O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na aquisição; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. ii. Marcas registradas e licenças - As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. iii. Relações contratuais com clientes - As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. iv. Softwares - As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela LVC, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. f) Imobilizado - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui também os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos com um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

2024 e 2023
Anos
20 - 50
10 - 25
10 - 25
4 - 5
5 - 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a LVC espera exercer uma opção de compra deste ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil ativo. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 23). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. g) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. h) Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. i) Empréstimos e Financiamentos e risco sacado - Os empréstimos, financiamentos e risco sacado são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e risco sacado estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e risco sacado são classificados como passivo circulante e passivo não circulante. j) Provisões - As provisões são reconhecidas quando: (i) a LVC tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido - As despesas de Imposto de Renda ("IR") e Contribuição Social ("CS") do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela LVC nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IR e a CS correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem no total devido na data do relatório. O IR e a CS diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. (Nota 20). l) Reconhecimento da receita - i. Receita de vendas - A receita é baseada na contraprestação específica do contrato com o cliente recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da LVC, que é coincidente com o valor nominal de venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da LVC. A Verde Campo reconhece a receita quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes, ou seja, quando o controle dos produtos é transferido a terceiros. A Verde Campo comercializa produtos derivados do leite, dessa forma, não há distinção entre os produtos sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações, todas elas se dão na transferência do produto ao cliente. ii. Receitas financeiras - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. m) Arrendamentos - A LVC aluga imóveis comerciais para sua operação, máquinas e equipamentos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos superiores a 12 meses, porém eles podem incluir opções de prorrogação. As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da LVC. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela LVC, e não pelo respectivo arrendador. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A LVC aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a LVC é a arrendatária, a LVC optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. A partir de 01 de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela LVC. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; . pagamentos variáveis de arrendamen-

tos variáveis que dependem de índice ou de taxa; . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; . o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a LVC: . sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; . usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela LVC, sem financiamento recente com terceiros; e . faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. A LVC está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; . quaisquer custos diretos iniciais; e . custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a LVC estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. n) Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da LVC é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da LVC. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. o) Receita de Subvenção para Investimento - A incidência dos impostos sobre a venda se mantém redutora proveniente do regime especial tributário concedido pela Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais, com redução na alíquota efetiva do ICMS nas vendas oriundas de Minas Gerais. Este benefício é registrado contabilmente nas deduções da receita, conforme requerimentos legais, e o montante utilizado como benefício tributário na apuração do imposto de renda e contribuição social é demonstrado na Nota 20. p) Benefícios a Empregados - Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do exercício. De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais. q) Devoluções, Trocas e Descontos - Os descontos concedidos são registrados como redução da receita bruta no momento da venda, e são aplicados conforme os termos acordados com o cliente. Devoluções e trocas de produtos podem ocorrer dentro do prazo estipulado pela política da empresa, sendo tratadas como redução na receita. Caso um produto seja devolvido ou trocado, o valor correspondente é ajustado, com a emissão de nota fiscal de devolução. Esses ajustes são feitos de acordo com as normas fiscais e comerciais vigentes.

Diretoria
Fábio Ferreira – Diretor presidente / CEO Ewerton Bretz – Diretor Administrativo e Financeiro / CFO
Contador
Raphael Arantes – Contador – CRC – MG-116.694/O

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Laticínios Verde Campo S.A. Lavras, MG

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Laticínios Verde Campo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Laticínios Verde Campo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior - O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21 de junho de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações finance

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/4673-649E-3B64-5E2B> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4673-649E-3B64-5E2B



Hash do Documento

Um3kMepTUZE5KOjwAAwkyhH9kwyGQfGP8LntnxppBKs=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/05/2025 é(são) :

☒ Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 07/05/2025 14:54

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

